

# Desenvolvimento histórico do sujeito epistemológico na obra de Caio Prado Jr.

Bruno Zorek<sup>1</sup>

## Resumo

A proposta deste artigo é analisar, a partir de um ponto de vista histórico e sociológico, um elemento filosófico da obra histórica de Caio Prado Jr.: suas concepções de sujeito do conhecimento. Há uma epistemologia geral que sustenta a obra do historiador, contudo, ao longo dos anos em que produziu, Prado Jr. foi modificando sensivelmente a ênfase com que destacava determinadas características tanto do sujeito como do objeto do conhecimento. Os acentos sutis em uma ou outra qualidade dos elementos fundamentais do processo de conhecimento é o foco do artigo que ora se apresenta.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito do conhecimento; Caio Prado Jr.; historiografia.

## Abstract

*Historical development of epistemological subject in Caio Prado Jr.'s work*

The purpose of this article is to analyze, from a historical and sociological point of view, a philosophical element of Caio Prado Jr.'s historical work: his concepts of subject of knowledge. There is a general epistemology that supports the historian's work. However, over the years in which he produced, Prado Jr. was substantially modifying the emphasis with which he highlighted certain characteristics of both the subject and the object of knowledge. The subtle accents in qualities of these key elements in the process of knowledge is the focus of the present article.

KEYWORDS: subject of knowledge; Caio Prado Jr.; historiography.

1. A proposta deste artigo é analisar, a partir de um ponto de vista histórico e sociológico, um elemento filosófico da obra histórica de Caio Prado Jr.: suas concepções de sujeito do conhecimento. Este autor, contudo, não restringiu suas pesquisas somente à história e produziu algo de economia, geografia, sociologia e, também, filosofia. Neste artigo, por motivos metodológicos, centro minha análise nos livros de história somente. Ampliar as considerações para as demais áreas do conhecimento requereria uma pesquisa paralela sobre o desenvolvimento histórico delas no campo intelectual brasileiro,<sup>2</sup> o que pode vir a ser tema de outros trabalhos, mas não será debatido agora.

De maneira geral, é possível definir uma epistemologia válida para toda a obra de Caio Prado Jr. No entanto, ao longo dos anos em que produziu, o historiador foi modificando sensivelmente a ênfase com que destacava determinadas características tanto do sujeito como do objeto do conhecimento. Os acentos sutis em uma ou outra qualidade dos elementos fundamentais do processo de conhecimento dão uma cor específica para cada momento de sua produção, que precisa ser relacionada com o contexto específico em que se realizara para se alcançar a compreensão maior do significado de tais realces.

Caio Prado Jr. acompanha as formulações básicas da epistemologia marxista. Sendo assim, é possível seguir as explicações do filósofo Adam Shaff para esclarecer as concepções de sujeito e de objeto do materialismo histórico.<sup>3</sup> O conhecimento, conforme Shaff, é fruto de uma interação específica entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Este processo pode ser interpretado fundamentalmente de três maneiras. A primeira, chamada “teoria do reflexo”, entende o sujeito como um receptáculo vazio que consegue absorver por completo o objeto, sem alterar nada nele. A segunda, chamada “teoria idealista”, ao contrário, vê o sujeito como o polo central na produção do conhecimento, a ponto de se poder

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFRGS. Professor Adjunto do Curso de História da Uniandrade – Curitiba/PR. E-mail: bruno.zorek@gmail.com. Este trabalho foi produzido sob a orientação do Dr. Temístocles Cezar, Professor Adjunto do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além disso, contou com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>2</sup> Cf. Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001. Também: Miceli, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel Ed., 1979.

<sup>3</sup> Shaff, A. *História e verdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978.

eliminar o objeto em suas versões mais extremas (como o solipsismo, por exemplo). Enfim, a terceira, que de fato importa aqui, é aquela que caracteriza a epistemologia marxista. A teoria em questão, dito “interativa”, é caracterizada pelo fato de que tanto o sujeito como o objeto têm papéis significativos e equivalentes no processo de elaboração do conhecimento. Portanto, difere das outras duas, nas quais há a preponderância de um dos elementos da relação.

No modelo marxista, o sujeito é concebido como um “indivíduo humano”, expressão que, segundo Shaff, precisa ser entendida de um ponto de vista social e objetivo. Ou seja, o indivíduo humano é percebido como produto de um determinado contexto histórico, com limitações e potencialidades biológicas e sociais específicas. De acordo com Shaff: “O homem é na sua realidade o conjunto das relações sociais [...] [e, ao mesmo tempo, é] parte da natureza, está submetido às suas leis gerais”.<sup>4</sup> Esses elementos conduzem Shaff à sua conclusão:

É só na condição de ter em conta todos estes aspectos do problema que é possível compreender “o homem” não como um ser abstrato, logo como um simples exemplar da sua espécie biológica, mas como um indivíduo concreto, quer dizer, tomando em consideração suas especificidades histórica, social e individual. Só o indivíduo humano concreto, percebido em seus condicionamentos biológico e social, é o sujeito concreto da relação cognitiva. É, portanto, então evidente que esta relação não é, nem pode ser, passiva, que seu sujeito é sempre ativo, que introduz – e deve necessariamente introduzir – algo de si no conhecimento que é então sempre, numa aceção determinada destes termos, um processo subjetivo-objetivo.<sup>5</sup>

Portanto, para o marxismo, o sujeito do conhecimento e seu objeto respectivo não podem ser entendidos separadamente. Para a compreensão dos termos é essencial considerá-los na relação que estabelecem entre si. Uma relação de interdependência, que se dá por meio da ação e somente nela. A ação, por sua vez, é uma via de mão dupla, pois o sujeito age sobre o objeto, e este age sobre aquele. O desenvolvimento desta ação é temporal e caracteriza um processo dialético. Nas palavras de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>6</sup> O sentido original da palavra história na frase lapidar é o de *res gestae*, no entanto, sem nenhum problema, pode ser estendido à *historia rerum gestarum*. A relação que os indivíduos estabelecem com a sua própria história é equivalente, no que se refere à estrutura do processo, àquela que o sujeito do conhecimento tem com seu objeto respectivo. O historiador constrói, cria uma determinada versão da história, mas limitada pelas condições da disciplina. Por outro lado, a configuração social não apenas restringe, mas oferece as potencialidades no desenvolvimento do trabalho historiográfico. Quando o historiador produz, ele modifica as condições que o determinam, renegocia as estruturas da disciplina. Enfim, há um constante movimento dialético de estruturação e reestruturação dos indivíduos e da realidade e, portanto, do sujeito do conhecimento e de seu objeto.

Esta dinâmica epistemológica básica vale para toda a obra de Caio Prado Jr. Contudo, em cada uma de suas publicações são acionadas características diferentes tanto do sujeito como do objeto do conhecimento, as quais acabam construindo alicerces epistemológicos específicos. Estes, por sua vez, só têm seu sentido revelado se observados de um ponto de vista duplo: a partir da construção do texto em si e a partir das condições sociais de produção deste texto.

2. Em 1933, Caio Prado Jr. publicou seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*.<sup>7</sup> Na ocasião, o autor assumiu uma estratégia ousada e que não deu certo de imediato, mas lhe rendeu frutos anos mais tarde. O jovem historiador, então com 26 anos, tinha ao alcance das mãos uma série de facilitadores para

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*. p. 79-80.

<sup>5</sup> Idem. *Ibidem*. p. 81.

<sup>6</sup> MARX, K. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969. p. 17.

<sup>7</sup> PRADO Jr., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966 [1933/1953].

estrear com sucesso entre o *establishment* da disciplina no Brasil. Seu nome arrastava o peso de famílias tradicionais de São Paulo. A formação escolar, esmerada e rígida, garantia-lhe as ferramentas culturais de que precisaria. O seu capital de relações pessoais, tão importante naquele momento para uma inserção de sucesso no meio intelectual, era especialmente consistente. Caio Prado Jr. conhecia pessoalmente grande parte dos mais importantes políticos paulistas. Alguns dos postos-chave do governo estadual e federal eram ocupados por familiares seus. Os jantares oferecidos por seus avós maternos eram frequentados pelos artistas e intelectuais mais destacados da região.

No entanto, ao invés de usar essas vantagens a seu favor, o que significaria também aderir às concepções correntes entre os historiadores mais importantes do momento, Prado Jr. opta por se posicionar intelectualmente contra a tendência dominante. Portanto, nega a validade do conhecimento histórico produzido no Brasil até aquele momento. Ao mesmo tempo, invoca uma série de valores e virtudes que deveriam balizar a escrita da história. Prado Jr. fala sobre aquilo “que se passa no íntimo de nossa história”, o que verdadeiramente deveria interessar aos historiadores; e não sobre a “superfície dos acontecimentos”, sobre a qual seus colegas de ofício insistiriam em permanecer e que, enfim, não são “senão um reflexo exterior” daquilo que de fato interessaria. Afirma, com animosidade, que a história oficial, aquela dos “heróis e grandes feitos”, corresponde aos desígnios das classes dominantes e, portanto, seria escrita para beneficiá-las.<sup>8</sup> O seu ponto de vista, ao contrário, harmonizar-se-ia com os interesses das classes trabalhadoras – uma perspectiva politicamente mais legítima, na sua opinião, do que a de seus desafetos, posto que estaria de acordo com o progresso da humanidade, com a construção de uma sociedade melhor e mais justa para todos, com o desenvolvimento do país etc., e não apenas com os objetivos mesquinhos da burguesia.

O que o jovem historiador pretendia, segundo ele mesmo, era apresentar uma síntese da evolução política do Brasil. A diferença entre a síntese e a história é significativa. A primeira, neste caso (ainda que seja um termo caro aos marxistas), é pouco mais do que um resumo estendido sobre um dado tema. A segunda é bastante mais complexa, pois requer muito esforço e tempo, constitui-se em uma tarefa árdua e demorada. Prado Jr. considerava impossível escrever a história da evolução política nacional naquele momento, porque: “para fazer a história completa [...] seria necessário um material que está em grande parte ainda por constituir-se”.<sup>9</sup> Mesmo assim, ele propunha a si mesmo assumir o sacrifício e, um dia, tentar escrevê-la.

Mas o que se publicava não era a história, e sim a síntese. Esta síntese era uma leitura específica de vários trabalhos de historiadores, dos quais Prado Jr. procurava filtrar as informações que se lhe apresentavam, de modo a produzir uma interpretação diferente das encontradas em suas referências. Ou seja, ainda que negasse a validade do conhecimento histórico produzido até aquele momento, utilizava este mesmo conhecimento como ponto de partida e referência básica de seu trabalho, pois o historiador praticamente não utilizou fontes originais da época estudada.

As interpretações divergentes do livro de 1933, portanto, não poderiam advir somente de seu trabalho científico, determinadas opções políticas pesavam muito no resultado final. Entretanto, não convém tentar separar o que diria respeito a uma ou a outra instância, pois, na maior parte dos casos, os posicionamentos dialogam com ambas. Interpretar a Independência como uma Revolução ou valorar positivamente as revoltas/revoluções populares do período da Menoridade de D. Pedro II, por exemplo, eram formas de ver a história que implicavam tanto em posicionamentos científicos como em políticos.

Dessa forma, com *Evolução política do Brasil*, Prado Jr. se coloca na fronteira entre os mundos político e intelectual. Uma fronteira que, naquele momento, era bastante fluída e, por isso, possibilitava uma circulação mais ou menos fácil entre os espaços. Nas décadas posteriores, a diferenciação entre tais esferas se torna mais nítida, a ponto de se poder considerá-los campos sociais distintos, com autonomia

<sup>8</sup> Idem. *Ibidem*. p. 7-8.

<sup>9</sup> Idem. *Ibidem*. p. 7.

e regras próprias.<sup>10</sup> De qualquer forma, em 1933, ser historiador e ser político tinham pesos equivalentes no texto de Prado Jr. Com isso, o sujeito do conhecimento tinha um papel ativo não apenas na relação epistemológica, mas também interferia de maneira significativa em outras esferas da vida humana, especialmente a política. De tal modo que o autor de *Evolução política do Brasil* era tanto um sujeito histórico como um historiador.

O conhecimento, no caso, é entendido como uma espécie de arma, que pode ser usada tanto para o “bem” quanto para o “mal”. “Na nossa história, os *heróis e os grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial”.<sup>11</sup> A principal intenção de Prado Jr. era inverter o polo das forças: ao invés de sustentar a história como instrumento das classes dominantes, ele oferecia a alternativa de usá-la como ferramenta dos dominados. Assim sendo, é por meio de um movimento epistemológico que ele pretende intervir politicamente. Mas, ao mesmo tempo, é o seu posicionamento político que inspira sua ação sobre o conhecimento. Portanto, uma relação dialética entre política e história.

Concretamente, Prado Jr. denuncia o funcionamento político da história oficial e demonstra como o conhecimento é “manipulado” em benefício dos dominantes. Ele explica que, do ponto de vista tradicional, os protagonistas da história são os homens da elite e, sendo assim, seriam eles que assumiriam o papel de guia do processo histórico. No entanto, esta perspectiva estaria equivocada porque tais homens não seriam de fato os verdadeiros motores da sociedade. Forças maiores, ainda que obscuras, estariam por trás dos panos e construiriam o futuro efetivamente. Os representantes por excelência destas forças seriam as classes trabalhadoras. Através de estudos econômicos, demográficos, sociológicos etc. era possível demonstrar o peso irresistível das ações coletivas no processo histórico, o que desalojava a iniciativa individual do posto de condutor de tal processo. Portanto, visto ser o proletariado o verdadeiro protagonista da história, pois representava a maior força coletiva, nada mais justo do que assumir seus interesses como universais. Ou seja, a partir de uma constatação científica – serem as classes trabalhadoras a força histórica fundamental – derivava-se um posicionamento político: a luta pelo socialismo.

Sendo assim, o sujeito do conhecimento tem um papel importante como sujeito histórico, mas não é ele quem protagoniza o processo. O historiador fornece instrumentos para os agentes principais: o tradicional ajuda as classes dominantes, mas a hegemonia destas é apenas reforçada pela história, não se baseia nela; já o revolucionário fornece um conhecimento fundamental para o proletariado, sem o qual não haveria como promover a luta. Isso porque seria necessário estimular a conscientização das classes trabalhadoras sobre sua condição de exploradas. Para que o proletariado adquirisse tal consciência, a exploração precisaria ser revelada em toda a sua crueza através do conhecimento produzido por intelectuais. Se os dominados não contassem com este saber, não teriam como fazer a revolução, pois não seriam conscientes de sua situação. De tal modo que o sujeito do conhecimento está em uma posição-chave em relação aos dominados, mas secundária em relação aos dominantes. Como Prado Jr. se alinha ao lado das classes trabalhadoras, o papel que assume é vital para o sucesso da luta revolucionária.

3. Após a publicação de seu livro de estreia, Prado Jr. investiu seus maiores esforços na política. O jovem historiador esteve envolvido com a Aliança Libertadora Nacional e, por conta do seu fracasso, foi obrigado a se exilar do Brasil durante algum tempo. Voltou ao país pouco antes do início da II Guerra Mundial, em 1939.

Em 1942, o historiador volta à cena intelectual com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*.<sup>12</sup> Nesse livro, Prado Jr. mantém algumas das estratégias típicas dos estreatantes nos campos eruditos (mesmo não sendo esta a sua posição específica do momento). Isso foi possível porque *Evolução política*

<sup>10</sup> Cf. MOTA, C. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

<sup>11</sup> PRADO JR., C. *Evolução...* *op. cit.* p. 8.

<sup>12</sup> PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957 [1942].

*do Brasil*, por conta de uma série de fatores, foi um fracasso editorial.<sup>13</sup> No entanto, justo pelo fracasso, o autor podia se permitir uma espécie de “reestrela” e o (ab)uso das estratégias respectivas da situação. De certa forma, no novo livro, o historiador complementa o movimento contra a historiografia estabelecida, iniciado em 1933. Em *Evolução política do Brasil*, Prado Jr. negou a validade da história escrita até então, mas utilizou tal produção como base para sua análise. Agora, na nova obra, ele diminui a intensidade e a quantidade de suas críticas, mas, ao mesmo tempo, mantém referências importantes a essa historiografia. Conforme Afonso Arinos de Melo Franco, em uma resenha de 1943 sobre *Formação do Brasil contemporâneo*:

Percorrendo-se a bibliografia de que Caio Prado Júnior se serviu e de cujos dados extrai tantos pontos de vista originais e tantas iniciativas felizes, verifica-se de início esta coisa interessante: dos 207 títulos ali compendiados, quase a metade, ou seja, precisamente 96, são obras publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>14</sup>

No entanto, Prado Jr. utiliza estas referências em contraponto a fontes de época, sobretudo relatos de viagens. Seus preferidos, e que considera mais confiáveis, são: “Os viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado, quase todos êles da maior consciência e honestidade, e sem motivo especial algum para não dizerem a verdade”.<sup>15</sup> Além desses relatos, o autor utiliza a própria observação em viagens pelo Brasil para legitimar sua argumentação. E ainda, em contraste com as estatísticas de Melo Franco, Prado Jr. afirma:

Não as procuremos [as referências] em opiniões ou dissertações teóricas, onde os pontos de vista pessoais do autor podem ter influído; mas nos documentos banais da administração, nos de mero expediente, em que os redatores não fazem mais que repetir conceitos vulgares e indiscutíveis.<sup>16</sup>

Dessa forma, por mais que efetivamente Prado Jr. mantivesse a historiografia tradicional como uma das referências principais de seu trabalho, a utilização de fontes primárias como seu ponto de apoio afirmativo tornaria o livro, ao menos intencionalmente, uma obra de história tal como ele postulou em *Evolução política do Brasil*: isto é, não uma síntese, baseada primordialmente em bibliografia, mas uma pesquisa realizada a partir dos vestígios diretos do passado: as fontes.

O uso das fontes originais, a observação presencial da realidade, o abandono teórico das referências tradicionais e a aplicação de uma metodologia relativamente nova fariam com que a obra possuísse a intenção de afastar a historiografia antecedente da legitimidade científica coetânea e, simultaneamente, de aproximar este seu livro de determinado ideal de pesquisa: rigorosa, inovadora e livre de preconceitos.

Porém, paralelamente à “purificação” do trabalho em termos científicos, desaparece a pretensão de influir sobre a realidade política do país – objetivo que o livro de 1933 deixava manifesto. Afinal, como apontado na obra de estreia: “uma história completa só teria probabilidade de interessar um reduzido número de leitores”; logo, o livro *Formação do Brasil contemporâneo*, se observado desta perspectiva, tinha como público-alvo um contingente mais resumido de pessoas.

Mesmo com objetivos mais modestos, *Formação do Brasil contemporâneo* foi um livro de grande repercussão. Pode-se considerar que, em 1942, o materialismo histórico ainda era um modo de interpretar a realidade relativamente desconhecido ou, ao menos, estava longe da hegemonia no espaço que mais adiante se constituiria como o campo intelectual brasileiro. Ao se observar as transformações em andamento neste espaço naquele momento, percebe-se que a utilização do marxismo era uma grande

<sup>13</sup> Cf. ZOREK, B. *Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. (dissertação de mestrado).

<sup>14</sup> MELO FRANCO, A. *apud* Montalvão, S. “O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Júnior”. In: *Revista eletrônica Cadernos de História*. Ano I, n. 2. Publicação do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria), 2006. p. 4

<sup>15</sup> PRADO JR., C. *Formação... op. cit.* p. 335.

<sup>16</sup> Idem. *Ibidem.* p. 324.

vantagem para Prado Jr. O Estado Novo incentivava e promovia o crescimento da atividade intelectual. De acordo com Wilson Martins: “A atividade editorial confirmava materialmente essa expansão”.<sup>17</sup> Contudo, os intelectuais que não se alinhavam com o governo Vargas não se beneficiavam tanto com tal movimento. Entre os não alinhados, estava Prado Jr. Mas, a partir da entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados – e, portanto, ao lado da U.R.S.S. –, as ideias da esquerda marxista ganharam mais espaço entre os intelectuais nacionais, ao mesmo tempo em que o integralismo diminuía seu destaque. Contudo, não havia suficientes produtores para ocupar o espaço que se abria e, sendo assim, os poucos que ali se colocaram conseguiram uma repercussão imediata mais sonora do que provavelmente teriam em uma situação “normal”.

O sujeito do conhecimento em *Formação do Brasil contemporâneo* é o historiador que trabalha basicamente a partir de suas fontes, mesmo que efetivamente o autor não tenha realizado um trabalho de arquivo. Ou seja, Prado Jr. constrói a *imagem* de quem evita recorrer à autoridade de outros autores e que se fia praticamente apenas no que o próprio passado tem a dizer sobre si mesmo. Assim, ele recupera o que seria “a maneira fundamental de se escrever a história”: uma redação realizada a partir de uma base documental original, sem a necessidade de apoio em outras interpretações. Simultaneamente, como não se apoiaria na bibliografia histórica, reduz a importância da obra de seus colegas de ofício, pois quando, em um intuito teórico de proteger seu trabalho de uma possível contaminação de interpretação, Caio Prado Jr. evita sustentar suas teses em outras teses estabelecidas e por ele conhecidas, deslegitima a produção concorrente.

Além disso, este sujeito do conhecimento utiliza a experiência de percorrer o interior do Brasil como um modo de conferir autoridade tanto aos viajantes do passado como ao seu próprio relato. Com isso, ele aproxima a autoridade das fontes à de seu olhar. Tanto os viajantes do passado como o viajante do presente podem falar sobre determinados assuntos com propriedade, porque estiveram “lá” e “viram com os próprios olhos”. Nesse sentido, a legitimidade dos relatos de viagem como fontes fidedignas é dada pela experiência do próprio Caio Prado Jr. como viajante. Todavia, todos esses elementos, que fundam a legitimidade do que o historiador demonstra, são colocados em segundo plano quando surge o mais importante, que seria a observação dos fatos, mas sem se prender a eles:

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo “sentido”. Este se percebe [...] no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto [...] não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual fôr o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja.<sup>18</sup>

O seu foco está no sentido profundo que o conjunto desses fatos indica, esse é mais um dos recursos que Prado Jr. utiliza para se recolocar como estreado no campo intelectual. Por mais que ele não fosse mais um principiante no sentido estrito, ainda era um arauto do método original e, sendo assim, era como se fosse. Tal sentido tem tamanha importância porque ajuda a compreender o Brasil dos dias então atuais:

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; “elementos” no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político [...]. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix; Ed. da USP. Vol. VII (1933-1960), 1978. p. 150.

<sup>18</sup> PRADO JR., C. *Formação...* op. cit. p. 13.

<sup>19</sup> Idem. *Ibidem*. p. 7.

4. Nos três anos seguintes a essa última publicação, Prado Jr. esteve envolvido sobretudo com a reorganização do PCB. Paralelamente à atividade política, seu nome como historiador ganhava ressonância no campo intelectual. Se, a título de comparação, os efeitos modestos da recepção de *Evolução política do Brasil*, em 1933, podem ser postos em contraponto com os de *Casa-grande & senzala*, do mesmo ano, que, “como se sabe, tornou-se instantaneamente um clássico dos nossos estudos sociais e exerceu influência literalmente incalculável”;<sup>20</sup> *Formação do Brasil contemporâneo*, por sua vez, teria colocado Prado Jr. no mesmo patamar de Gilberto Freyre. A partir de então, o historiador passou a ser respeitado como um intelectual de grande competência.<sup>21</sup> Seu trabalho passa a figurar entre os mais importantes já escritos sobre o tema.

Em 1945, o historiador apresenta um novo livro: *História econômica do Brasil*. Com um recorte mais restrito, é, em grande medida, um reaproveitamento de *Formação do Brasil contemporâneo*, principalmente nas partes que diziam respeito ao período colonial. Na verdade, em muitos momentos é uma cópia literal do texto de 1942. De qualquer forma, a abordagem do período posterior à Independência é original.

Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr. traz à tona um elemento que não despontava nos livros anteriores, mas que, de qualquer forma, estava sugerido naquelas entrelinhas. O autor demonstra que uma de suas principais preocupações é ajudar a resolver os problemas atuais da sociedade brasileira. Logo, escrever a história era fornecer ferramentas para o bom desenvolvimento da nação. Para Prado Jr., o objetivo maior era que o Brasil se tornasse uma economia nacional: “um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população”.<sup>22</sup> Nesse sentido, há uma recuperação da dupla inserção social do seu primeiro sujeito do conhecimento – cujos objetivos eram tanto de modificações na produção historiográfica quanto na esfera política –, pois, agora em 1945, a sua intenção de manipulação transcende as simples possíveis modificações sobre a história, entendida como disciplina, e pretende atingir também e novamente as esferas fundamentais da organização social. Por outro lado, essa recuperação não é total, porque a forma de alteração da realidade é diferente no novo livro. A começar, porque o historiador não visa um público amplo, como fazia da primeira vez; ele escreve seu trabalho para leitores específicos. Ainda que não se refira diretamente à sua seleção, a princípio seriam dois os seus interlocutores principais: historiadores e políticos. Os primeiros, convocados a produzir um conhecimento útil para o Brasil contemporâneo: “Não interessa discutir aqui prioridades [entre portugueses e espanhóis, sobre o território brasileiro], o que muitos historiadores, ocupados mais em procurar glórias nacionais que em escrever história verdadeira, já fizeram à saciedade; aliás sem maiores resultados”.<sup>23</sup> Os outros, intimados a aproveitar este conhecimento para a promoção do desenvolvimento do país, como, por exemplo, nesta sugestão:

[O] processo de substituição da grande pela pequena propriedade será uma das grandes forças com que contará o Brasil para remodelar a sua estrutura econômica e partir de uma outra base para uma nova etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas. Este assunto, que ainda é dos dias que hoje correm, é de fundamental importância na contemporânea evolução econômica do Brasil.<sup>24</sup>

O que significava, também, que Prado Jr. reputava à classe política uma capacidade especial de influência sobre a sociedade e, aos historiadores, a responsabilidade de respaldar a atividade política.<sup>25</sup> O que fica cada vez mais claro, conforme o historiador amadurece, a citação é de 1968:

<sup>20</sup> MARTINS, W. *Op. cit.* p. 6.

<sup>21</sup> DIAS, M. “Prefácio”. In: Iumatti, P. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

<sup>22</sup> PRADO Jr., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953 [1945]. p. 298.

<sup>23</sup> Idem. *Ibidem.* p. 25.

<sup>24</sup> Idem. *Ibidem.* p. 221.

<sup>25</sup> Cf. Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

A historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica. E, como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio, a fim de se conduzir em sua ação e de se comportar convenientemente. A problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do “desenvolvimento”, condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de propiciar.<sup>26</sup>

Mas a diferença mais importante é que, em 1933, quem escrevia e quem agia sobre as instâncias fundamentais era o mesmo sujeito, e que, sendo assim, combinava em si as funções de sujeito do conhecimento e de sujeito histórico contemporâneo. Em 1945, o sujeito do conhecimento é um: o historiador; e o sujeito histórico atual básico é outro: a classe política. Modificar a realidade não era função direta do historiador, cujo papel passava a ser o de guia intelectual e não de homem de ação.

5. Depois de *História econômica do Brasil*, Prado Jr. mergulha novamente na vida política. Ele volta a publicar uma obra de história apenas em 1953, e o que então vem a lume é uma coletânea de textos antigos. Entre esses dois trabalhos, além da atividade política, Prado Jr. também esteve ocupado com a filosofia. São de 1952 os dois volumes de *Dialética do conhecimento*. Como foi explicado no início do artigo, não me ocuparei aqui da obra filosófica do autor. Em 1953, então, Prado Jr. publica *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Em cinco, dos oito novos estudos apresentados, o autor faz um visível esforço para inserir disciplinas diferentes na análise da história brasileira. Sua intenção é trazer a geografia (ou geopolítica) e a demografia para o centro das atenções. É o que ele deixa claro ao explicar suas pretensões com o texto *Formação dos limites meridionais do Brasil*: “O presente trabalho foi escrito, a saber, para dar o devido relêvo à ação obscura, mas nem por isso menos poderosa, de fatores geográficos e demográficos na configuração dos limites de países vizinhos”.<sup>27</sup> A adoção destas disciplinas se contraporia às análises da “história oficial”, que, conforme o próprio:

Tantas vezes subestima [os fatores geográficos e demográficos] em benefício de acontecimentos mais retumbantes e de maior repercussão, mas que, no final das contas, não fazem mais que assinalar marcos aparentes no curso da verdadeira história que se elabora na intimidade da evolução social.<sup>28</sup>

Essa argumentação está relacionada ao tipo de agente histórico privilegiado por Prado Jr.: as classes populares. A geopolítica e a demografia se prestam muito melhor para o estudo dessas classes do que a análise dita tradicional, que se fixaria na observação da política e das guerras. Os registros do passado deixados pelos ou sobre os protagonistas de Prado Jr. são justamente os dados com os quais tais disciplinas trabalham. A verdadeira história a que o autor se refere é exatamente a promovida pelas classes trabalhadoras, ainda que despojadas por seus antagonistas de seu direito à autoria:

Os generais nos campos de batalha, e os diplomatas em seus gabinetes de trabalho, confirmarão com batalhas retumbantes e tratados solenes esta obra multissecular de obscuros povoadores de nacionalidades diferentes que foram através dos tempos forjando seus contactos e equilíbrios recíprocos. E julgarão que aquela obra é sua.<sup>29</sup>

Ainda no sentido de valorizar os estudos geográficos, por mais que em um outro registro, há o texto: *Aires de Casal, o pai da geografia brasileira, e sua corografia brasílica*. Neste trabalho, Prado Jr. se torna aparentemente paradoxal. Se no texto *Formação dos limites meridionais do Brasil*, como apontado, o historiador criticava a história personalista, escrita sobre indivíduos determinados e seus feitos ou sobre guerras e tratados, agora era justo o que ele fazia em relação a Aires de Casal. No entanto, e aí está o aparente paradoxo, tal feito não constitui uma contradição, pois o dito “pai da geografia brasileira” é

<sup>26</sup> PRADO JR., C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972 [1968]. p. 17.

<sup>27</sup> PRADO JR., C. *Evolução... op. cit.* p. 139.

<sup>28</sup> Idem. *Ibidem*. p. 139.

<sup>29</sup> Idem. *Ibidem*. p. 153.



valorizado, sobretudo, porque tentava trazer ao debate questões outras que não as importantes para a história tradicional. O mesmo vale para o texto: *Cipriano Barata (1764-1838)*, onde o homenageado é apresentado nos moldes da estrutura da história tradicional, mas é lembrado pelo fato de não se enquadrar nos estereótipos dos protagonistas tradicionais:

Cipriano José Barata de Almeida é uma figura pouco lembrada na história revolucionária do Brasil. É, entretanto, uma de suas maiores expressões, porque em sua longa vida não teve um momento de descanso, dedicando às lutas populares tôdas suas energias e seu grande talento. O que sobretudo o caracteriza é que, nascido embora na classe superior da colônia, soube descer até o povo, confundindo-se com êle, e pondo a serviço de suas causas uma notável inteligência e inesgotável capacidade de lutador.<sup>30</sup>

Assim se delineia o perfil do agente histórico mais valorizado e, por consequência, também o tipo de postura que Prado Jr., naquele momento, entendia ser a mais adequada aos historiadores. O autor destaca, nos casos, um por sua produção científica e o outro por seu desprendimento e engajamento. Por mais que os protagonistas da história, em sua concepção, fossem classes sociais e que o papel dos indivíduos nestes conjuntos fosse bastante diminuto, Prado Jr. seleciona determinados personagens individuais porque eles são detentores de características positivas conforme os valores de esquerda. Aires de Casal e Cipriano Barata, se combinados, constituem a postura de historiador que o autor procurou assumir ao longo de sua trajetória e pela qual é reconhecido.

Todavia, a análise mais interessante do papel de indivíduos na história é o seu texto sobre José Bonifácio: *O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil*. Nesse artigo, no qual o personagem analisado não atrai a simpatia de Prado Jr. tanto quanto nos outros casos, sua leitura é mais crítica e enquadra melhor o indivíduo no contexto histórico do qual é produto. Nas suas palavras: “[José Bonifácio foi uma] figura marcante e de grande personalidade; mas que não se compreende contudo sem uma análise atenta dos acontecimentos da época, de que ela é, em grande parte, um puro reflexo”.<sup>31</sup> O texto em questão é efetivamente um trabalho histórico, no sentido que Prado Jr. entendia, e se diferencia dos outros dois estudos sobre indivíduos porque não tem a intenção de homenagear o objeto tratado, mas sim a de interpretá-lo.

No artigo *Roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840-1889)*, Prado Jr. revela como acredita que o historiador deve proceder ao analisar um período histórico qualquer: sempre em função dos problemas do presente e em relação às ações que se podem tomar no presente:

A significação histórica do Império se mede pelo grau com que se fêz aquela transformação da estrutura colonial para a moderna. Muito daquela estrutura permaneceu até hoje; outra parte foi apenas atingida; e finalmente um último grupo de instituições e elementos sociais sofreu mudança radical. A complexidade do Brasil de hoje, em que encontramos lado a lado uma civilização moderna e que se emparelha à dos povos mais desenvolvidos da atualidade e formas antiquadas que sobraram da colônia, explica-se precisamente pela história do segundo reinado, onde se situa, em sua parte fundamental e essencial, o processo da modificação parcial sofrida pelo país.<sup>32</sup>

No caso do estudo intitulado *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo*, Prado Jr. se fixa, sobretudo, em análises geográficas. A tese desse trabalho consiste em explicar a importância fundamental da capital paulista para a nação, a partir da análise de sua posição espacial e das relações dessa posição, entendida como central, com outras localidades reputadas importantes no Brasil. São Paulo teria um papel de articulação entre várias partes desconexas do país: ligaria o Sul, produtor de gado, com as Minas Gerais, onde estariam os consumidores mais importantes de tal produto; permitiria o escoamento dos metais das Minas ao conectá-las com o porto de Santos; mais tarde, seria fundamental para a

<sup>30</sup> Idem. *Ibidem*. p. 195.

<sup>31</sup> Idem. *Ibidem*. p. 176.

<sup>32</sup> Idem. *Ibidem*. p. 185.

recepção e distribuição da produção do café etc. Sendo assim, a cidade teria crescido em função da posição estratégica que ocupava em relação a outros pontos importantes do Brasil. Apesar de já haver alguma industrialização em São Paulo na época em que o artigo foi escrito, Prado Jr. não toca no assunto, o que poderia ser interpretado também como um fenômeno derivado da centralidade estratégica da região.

Os dois últimos estudos do livro, *Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural e A imigração brasileira no passado e no futuro*, podem ser colocados sob o mesmo signo epistemológico de *História econômica do Brasil*. Em todos esses, a análise consiste em revelar determinados problemas do país e apontar possíveis soluções. Segundo Prado Jr.: “O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, tôda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto”.<sup>33</sup> Em seguida, o historiador apresenta um esboço de proposta de reforma agrária para o país. Contudo, o que ele oferece é apenas a “linha geral de ação”.

6. Em 1966, no livro *A revolução brasileira*, todos os sujeitos que apareceram até o momento marcam presença. As modificações sobre o conhecimento são comandadas por um historiador decepcionado. Por não ouvirem o que ele havia dito antes sobre o Brasil, por não interpretarem “os fatos como realmente ocorreram”, os sujeitos históricos do presente teriam errado na sua opção de ação. Ele critica:

[...] aquela ignorância da realidade brasileira que tornou tão fácil aos autores da nossa teoria revolucionária aplicarem ao Brasil o esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar do nosso país os “restos feudais” ainda nêle presentes por atribuição do mesmo esquema.<sup>34</sup>

A crítica de Caio Prado Jr. atingia os fundamentos das teses programáticas do PCB. O historiador apontou várias vezes que haveria uma maneira errada de interpretar a realidade. E teria sido por erros de interpretação do PCB principalmente, mas dos demais grupos da esquerda brasileira também, que as ações revolucionárias foram mal conduzidas e, como resultado mais funesto, o Brasil sofrera o golpe militar em 1964. Segundo Prado Jr., fora a postura “dedutiva” dessas esquerdas que comprometera a compreensão das mesmas. Elas teriam partido de modelos teóricos prontos e tentado aplicá-los para o caso brasileiro, por isso falharam. Impuseram classes sociais inexistentes para o Brasil e derivaram daí uma leitura do modo de produção que comprometeu as ações revolucionárias. As esquerdas, segundo a crítica de Prado Jr., deveriam ter observado os fatos “tal como se apresentavam” e, somente então, partir para a teoria e conduzir a revolução convenientemente.

O autor afirma, basicamente, que não houve feudalismo no Brasil, mas sim que o país foi sempre capitalista. Conforme a opção por uma ou por outra das interpretações, definiriam-se as ações políticas do momento, principalmente no que dizia respeito à reforma agrária. A ação política dos comunistas dependia da tese que assumissem como correta. A proposta pecebista, que até aquele momento era reconhecidamente legítima, implicava um trabalho que visasse a eliminação dos supostos restos feudais. Neste sentido, os militantes lutavam pela reforma agrária, pela redistribuição das terras dos grandes latifundiários entre os camponeses. Segundo Prado Jr., essa luta era um “disperdício de esforços” por parte da esquerda. Contudo, o autor era cuidadoso ao colocar o problema:

Não estamos com isso eliminando, nem mesmo subestimando a aspiração e reivindicação da terra, tampouco os conflitos atuais e potenciais a que essa reivindicação dá ou pode dar lugar. Pretendemos unicamente ponderá-la de maneira adequada e determinar com precisão a sua efetiva incidência, bem como as formas dessa incidência, a fim de tirá-la da generalidade e vagueza com que se inscreve nos programas da esquerda brasileira, levando com isso a um desperdício de esforços como aquele que, entre outros, se observou tão bem nos últimos meses que precederam o golpe de abril. Esforços êsses que poderiam e deveriam ser aplicados com maior acêrto, e certamente com melhores resultados, em outra direção.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Idem. *Ibidem*. p. 203.

<sup>34</sup> PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. p. 49.

<sup>35</sup> Idem. *Ibidem*. p. 229-230.

Ou seja, a disputa pela verdade científica – portanto, uma querela essencialmente intelectual – tinha influência direta, nesse caso, sobre questões fundamentalmente políticas. Neste sentido, o autor se coloca novamente na fronteira entre o campo intelectual e o campo político. Além disso, Prado Jr. assume também um papel como agente político do momento, pois não restringe sua amargura a acusações à má interpretação da história por parte do PCB, mas faz propostas de novas estratégias de ação, nas quais ele também estaria envolvido. Portanto, há o sujeito do conhecimento histórico, que propõe uma interpretação diferente do passado brasileiro, na qual o sujeito histórico contemporâneo, onde Prado Jr. se inclui, é corrigido cientificamente e intimado politicamente a agir de forma nova.

É importante ressaltar que, em *A revolução brasileira*, há a situação em que o sujeito histórico, o objeto analisado pelo historiador, age como sujeito do conhecimento. Entretanto, sua ação é condenada por Prado Jr. Nos momentos em que faz isso, o autor assume o ponto de vista do intelectual “puro”, pois reforça a crença de que somente o cientista de fato tem o direito ao exercício da ciência. A interpretação atacada por Prado Jr. seria falha por ter se contaminado com preconceitos oriundos da falta de rigor científico. A carência de cuidado metodológico ao se observar a realidade histórica teria induzido a explicação do PCB ao erro. Dessa forma, Prado Jr. fortalece o monopólio do historiador sobre a verdade histórica legítima. Aqueles que agem sobre as instâncias fundamentais da sociedade, portanto, deveriam se limitar ao seu papel e deixar aos responsáveis reconhecidos a função de interpretar o passado. Nas suas palavras:

[Partiu-se,] no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, excusado dizê-lo, é inteiramente descabida. E parece ressuscitar velhas concepções obsoletas que realmente causa espanto encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo [...] de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Uma tal prefixação de etapas, através de que evoluem ou devem necessariamente evoluir as sociedades humanas, faz hoje sorrir.<sup>36</sup>

No entanto, o contrário não se verifica, pois o historiador, nesse livro, sente-se no direito e no dever de agir politicamente. O historiador teria o direito de dizer o que os políticos deveriam fazer, mas os políticos não poderiam exercer o papel de historiadores, a não ser que se tornassem historiadores de fato. Ou seja, teria direito sobre a interpretação do passado, aquele que se prestasse a fazer uma investigação rigorosa do mesmo e, caso fizesse, seria considerado um historiador. Conforme Sérgio Montalvão: “Caio Prado Júnior [...] acreditou na possibilidade de orientar a ação política a partir do conhecimento histórico”.<sup>37</sup>

A ideia de que o intelectual deve ser um guia para os políticos é uma das principais constantes na concepção de sujeito do conhecimento na obra de Prado Jr. Em *História e desenvolvimento*, livro escrito em 1968, mas publicado somente em 1972, está claro tal projeto: “Nosso objetivo [...] é pesquisar na evolução histórica brasileira e na formação econômica e social do país, algumas das premissas essenciais da problemática atual”.<sup>38</sup> Para ele, portanto, o papel do historiador seria, novamente, identificar problemas e lhes propor soluções. Se comparada com *A revolução brasileira*, *História e desenvolvimento* não tem o mesmo peso político, pois, ainda que mantenha a orientação socialista, não inclui no diálogo os atores políticos de esquerda. A postura do historiador volta a ser como a de *História econômica do Brasil*, em que os sujeitos históricos e o sujeito do conhecimento estão separados pela divisão de tarefas:

Dá o grande papel e função do historiador brasileiro, que muito mais ainda que seus colegas de outros lugares onde já se romperam mais radicalmente os laços com o passado – na medida bem-entendida em que este rompimento é possível, – lida com dados essenciais e imprescindíveis para o conhecimento e interpretação do presente.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Idem. *Ibidem*. p. 40-41.

<sup>37</sup> MONTALVÃO, S. *Op. cit.* p. 9.

<sup>38</sup> PRADO JR., C. *História e desenvolvimento... op. cit.* p. 17.

<sup>39</sup> Idem. *Ibidem*. p. 19.

E a classe política, interpelada como um todo, tem o papel de sujeito histórico fundamental. Ela é, em suma, quem deve aplicar, na prática, a política do desenvolvimento nacional:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento.<sup>40</sup>

7. O último livro de Caio Prado Jr. analisado neste trabalho é *A questão agrária no Brasil*. O volume foi publicado em 1978, mas apenas a “nota prévia”, que abre para os outros textos, era um escrito inédito. O livro é composto por uma série de artigos publicados originalmente durante a década de 1960 na *Revista Brasiliense*, e todos discutem o problema agrário no país. A intenção do historiador era aprofundar o debate sobre “o grande e fundamental problema brasileiro, pendente ainda, e certamente o mais agudo, [que seria a] elevação dos padrões populares para níveis condizentes com o mundo moderno”.<sup>41</sup> Prado Jr. retoma uma tese apresentada em trabalhos anteriores, em que defende ser através de uma política específica, a organização e defesa dos trabalhadores rurais, que se deve começar a reformar o Brasil. Novamente, estão no centro do debate as questões sobre o feudalismo e o campesinato nacionais. Prado Jr. recuperava ou propunha, conforme o momento do texto que se considere, a discussão de *A revolução brasileira*.

No que diz respeito à concepção de sujeito do conhecimento histórico, Prado Jr. é bastante claro. Segundo o historiador: “Qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja conscientemente, a fim de não embalar a matéria e divagar sem rumo preciso”.<sup>42</sup> A posição política a que Prado Jr. se refere é aquela ligada aos interesses políticos “puros”, localizável, grosso modo, em algum ponto do leque que vai da “esquerda” à “direita”. Portanto, de sua perspectiva, a inserção política seria determinante em relação ao posicionamento científico dos indivíduos. Ou seja, nos momentos finais de sua trajetória como publicista, o historiador apresentava uma concepção onde a ciência seria como uma esfera subordinada à política. O contrário, portanto, do que ele chegou a sugerir em 1933, quando o intelectual de esquerda aparece como elemento fundamental na condução dos movimentos políticos das classes dominadas e quando os posicionamentos políticos aparecem como frutos de análises científicas da sociedade.

Imediatamente, na sequência da última citação apresentada, Prado Jr. apresenta um exemplo de como a análise social seria afetada pela posição política do analista:

Assim, a análise da agropecuária brasileira pode ser feita de diferentes ângulos, e qualquer deles pode e deve merecer a atenção e o interesse do pesquisador e economista. O importante e indispensável, contudo, é que ele se coloque deliberadamente, de cada vez, numa única perspectiva, e que ela seja bem caracterizada e definida. O que não exclui, e antes torna possível, uma posterior acomodação recíproca e síntese dos diferentes pontos de vista considerados.<sup>43</sup>

Isto é, ainda que o pesquisador não possa evitar a influência de sua escolha política sobre seu trabalho, é possível “purificar” a análise a partir do aumento da produção científica, pois quanto mais trabalhos houver, e com diferentes pontos de vista políticos, mais refinada será a síntese posterior. E a profusão de trabalhos, como está claro na citação, não exclui a possibilidade de que todos sejam feitos por apenas um indivíduo. Esse detalhe indica que o historiador entendia ser possível assumir uma perspectiva política diferente da sua própria. Tal alternativa, provavelmente, não faria com que o pesquisador mudasse suas convicções profundas. Entretanto, por outro lado, os seus possíveis preconceitos políticos teriam, no resultado da pesquisa, uma presença tão menor quanto maior fosse o volume de

<sup>40</sup> Idem. *Ibidem*. p. 19.

<sup>41</sup> PRADO Jr., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. p. 7.

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem*. p. 22.

<sup>43</sup> Idem. *Ibidem*. p. 22.

trabalho científico. Se esse raciocínio for levado um pouco mais longe, tem-se que a pesquisa científica possui a potencialidade de produzir o posicionamento político “ideal”:

É somente depois de completada a análise metódica e discriminada do conjunto da questão, e colocando cada ponto no seu devido lugar, que se faz possível uma apreciação geral que permita derivar a política adequada a ser seguida, e na qual se ponderarão os diferentes interesses em jogo e a maneira de dar maior satisfação àqueles que do ponto de vista geral da coletividade brasileira tomada em seu todo, devem prevalecer, e em que medida.<sup>44</sup>

No entanto, por outro lado, como a relação entre ciência e política é dialética, toda análise social parte de um ponto de vista político:

E é disso que devemos de nos ocupar, teórica e praticamente: a teoria dirigindo a prática e a prática instruindo a teoria. O que podemos exprimir verbalmente no sentido contrário, começando pela “prática”, porque de fato ambos os movimentos se confundem e constituem num só todo: a teoria se realizando em função da prática, e a prática em função da teoria.<sup>45</sup>

É isso o que Prado Jr. sugere fazer quanto aos problemas agrários do Brasil. Não há como partir de um plano teórico perfeito *a priori*, como também não se pode contar apenas com o conhecimento adquirido na prática: é preciso refletir abstratamente sobre a experiência para se conseguir superar os obstáculos e, também, fazer com que as tentativas concretas de solução das questões sirvam de material para a elaboração teórica.

O que procurei neste trabalho foi entender como Prado Jr. construiu suas várias noções de sujeito do conhecimento em sua obra histórica. De modo geral, ele concebia o conhecimento como o produto do diálogo entre sujeito e objeto, ambos determinantes e determinados pelo processo que lhes põe em contato. Contudo, há variações e ênfases nas definições específicas, como procurei demonstrar ao longo do artigo.

Como Prado Jr. é um clássico – e os clássicos, por motivos que nem sempre são totalmente claros, devem ser lidos –, procurei apresentar as opções do autor que fizeram com que suas ideias se constituíssem como uma das mais importantes e influentes interpretações do Brasil. Meu intuito foi tornar claro um dos aspectos do pensamento de um dos autores que está na origem da nossa disciplina no país; uma forma de tentar compreender o processo histórico que resulta na formação dos historiadores de hoje.

---

<sup>44</sup> Idem. *Ibidem*. p. 23.

<sup>45</sup> Idem. *Ibidem*. p. 14.